

José Leite Lopes e a difícil democracia brasileira

José Leite Lopes and the difficult Brazilian democracy

André Botelho*

Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, UFRJ

Submetido: 30/11/2018 Aceito: 28/02/2019

Resumo: Texto baseado em palestra proferida no evento "Leite Lopes: 100 Anos", realizado no CPBF em 30 de outubro de 2018.

Palavras chave: Leite Lopes; 100 anos; homenagem.

Abstract: Text based on talk given at the event "Leite Lopes: 100 years", held at CBPF, in October, 30th, 2018.

Keywords: Leite Lopes; 100 years; tribute.

Num dos trabalhos que escrevi sobre Leite Lopes, aqui mesmo em *Ciência e Sociedade*,¹ sobre as exigências feitas pela sociedade brasileira dos anos 1950 à sua vocação científica, e as mudanças políticas que os anos 1960 trouxeram ao que chamei de sua "escrita pública" (para distinguir do gênero de divulgação científica), usei como epígrafe uma sentença de Florestan Fernandes sobre a relação do sociólogo i.e. do cientista com a sociedade brasileira que, infelizmente, assume, hoje, ainda mais atualidade: "Enfim, a sociedade, que não lhe pode conferir sossego e segurança, coloca-o numa posição que o projeta no âmago dos grandes processos históricos em efervescência", diz Florestan em *Sociologia numa Era de Revolução Social*, de 1962.²

Assim como José Leite Lopes, também Florestan Fernandes tornou-se progressivamente crítico e mesmo pessimista em relação às possibilidades de atuação dos cientistas como tais, reorientando ele mesmo, no final da vida, sua vocação sociológica para a de político profissional. Em 1986, foi eleito deputado constituinte pelo Partido dos Trabalhadores, tendo atuação destacada nos debates sobre a educação pública e gratuita, causa a qual já havia se dedicado, inclusive, nas décadas de 1950 e 1960 no âmbito da Campanha em Defesa da Escola Pública em São Paulo. Em 1990, Florestan foi reeleito para a Câmara.

Essa reorientação da carreira, digamos, a que também correspondeu uma reorientação ideológica em direção a uma marxismo-leninismo radical, não se realizou, contudo, antes de um acerto de contas sociológico com a sociedade

brasileira e sua história bastante infeliz. Refiro-me ao livro *A revolução burguesa no Brasil*, de 1975, mas que reúne textos escritos desde antes do golpe civil-militar de 1964, no qual Florestan faz uma distinção teórica crucial - destinada, pelo que estamos vivendo, a uma reiteração substantiva no curso histórico da sociedade brasileira. Mostra que "democracia" não constituiria apenas uma forma de "exercício" do poder político (que se contraporía à ditadura), mas também diz respeito às formas sociais de "organização" do poder político.³ Voltarei ao conceito de autocracia adiante, sublinho apenas sua relação ao que, décadas atrás, se costumava identificar como "modernização conservadora". Uma modernização, em que as mudanças sociais até se efetivam, a despeito de deixar praticamente intactos ou redefinidos em outros patamares problemas seculares. "Conservadora", porém, sobretudo porque a "modernização" se efetivando dissociada da democracia altera o sentido das mudanças que, desse modo, dificilmente se traduzem em "modernidade", ao menos quando a pensamos como parte de um processo emancipatório mais amplo e, por isso, trazendo novos agentes e experiências ao âmbito da política. Uma modernização na qual, feitas as contas das últimas décadas, parece que, enfim, vamos prosseguindo.

Aqui retomo o pensamento social do físico José Leite Lopes. Acompanhando sua escrita pública percebi que, num primeiro momento, nos anos de 1950, sua ideia de desenvolvimento parecia confundir-se com a de industrialização, o que me levou a especular, mas, infelizmente, não a desenvolver sistematicamente, suas possíveis afinidades com o Instituto Superior de Estudos Brasileiros - IEB. Instituição de cujo Conselho de Curadores Leite Lopes fora membro, e na qual proferiu conferências sobre energia nuclear, especial-

*Electronic address: andrebotelho@digirotas.com.br

¹ André Botelho: "José Leite Lopes: A ciência e a sociedade". In: *Ciência e sociedade*. Rio de Janeiro: Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas - CBPF, volume 003/04, 2004, pp.1- 34.

² Florestan Fernandes, *A sociologia numa era de revolução social*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1963.

³ Florestan Fernandes. *A revolução burguesa no Brasil*. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.

mente. Além disso, Leite Lopes manteve contatos intelectuais sistemáticos com alguns dos membros do ISEB, como Álvaro Vieira Pinto, seu contemporâneo na FNFi, e Alberto Guerreiro Ramos.⁴

A medida, porém, que os dilemas da industrialização substitutiva de importação tornavam-se claros, Leite passou a discutir a questão da dependência científica e tecnológica. Nesse sentido, comparei, mas sem esgotar a questão, a escrita pública do físico teórico e a obra de Celso Furtado, dada a centralidade da questão da dependência tecnológica nela assumida. No plano da trajetória, também neste caso verificam-se congruências. Leite Lopes e Celso Furtado encontraram-se ambos nas décadas de 1960-70 na França, o primeiro como professor associado da Faculdade de Ciências de Orsay e, de 1967 a 1985, na Universidade de Estrasburgo; o segundo como titular da cátedra de Desenvolvimento Econômico da Universidade de Paris. É desse período a publicação do ensaio “Ciência e universidade no Terceiro Mundo: a experiência frustrada do Brasil”, de Leite Lopes, no número 257 da revista *Les Temps Modernes* dedicado ao Brasil e organizado por Celso Furtado, posteriormente reproduzido, no Brasil, na forma de livro sob o título *Brasil: tempos modernos* em 1977.

Pode ser que, vista de hoje, a constatação substantiva de Leite Lopes de que a concentração de progresso técnico nas economias “centrais” reforça a dependência científica e tecnológica das sociedades “periféricas” já não surpreenda: ela aparece atualmente em grande medida como um dado da realidade, observado e experimentado no dia-a-dia da atividade científica no Brasil.⁵ O que dizer então do seu empenho moral e intelectual em procurar articular ciência e desenvolvimento se a dependência científica e tecnológica do Brasil não apenas persiste, mas parece mesmo estar se aprofundado atualmente na chamada Terceira Revolução Industrial ou molecular-digital?⁶

Neste caso, sua escrita pública nos daria, na melhor das hipóteses, o testemunho de um desencanto não apenas pessoal, como de uma geração nacional-desenvolvimentista de cientistas que, dados os desafios do seu tempo, não puderam se entregar inteiramente ao “alheamento” com relação às condições e consequências sociais das suas atividades de pesquisa, e as formas correspondentes de sua legitimação social mais ampla, comumente apontado como algo característico dos cientistas naturais ao menos quando a atividade científica já se encontra suficientemente assentada na sociedade. Sugestão para cuja verossimilhança, aliás, concorre a inegável alteração do tom otimista dos primeiros escritos para o pessimista dos últimos, dramática e violentamente sintetizado, como chamamos atenção páginas atrás, na confissão de Leite Lopes, ao fim do ciclo desenvolvimentista, de que a “esperança” da sua geração em contribuir para o desenvolvimento do país através da afirmação da atividade científica havia sido “despedaçada”.

Examinado melhor, e sem reduzi-lo a um simples princípio abstrato, percebe-se, no entanto, que o “desencanto” de que fala Leite Lopes a propósito da sua geração nacional-desenvolvimentista de cientistas, não encerra todo o alcance da sua própria escrita pública. Em primeiro lugar, porque mais do que em relação à desarticulação entre a institucionalização da ciência e a expansão do capitalismo industrial no Brasil, Leite Lopes torna-se progressivamente atento para o *sentido* político desse processo. Assim, cabe lembrar que para ele a “esperança” da participação da ciência no desenvolvimento brasileiro “foi despedaçada pelas decisões governamentais tomadas nos últimos vinte anos, que basearam o desenvolvimento na implantação de filiais de empresas multinacionais”.⁷ Em segundo lugar, porque discutindo a questão da dependência científica e tecnológica, Leite Lopes não apenas assinala sua dimensão política - portanto de conflitos, disputas e escolhas -, como não nega que, apesar dos impasses decorrentes do modelo de industrialização substitutivo de importações, a ciência não tenha se formado no Brasil. Isso fica evidente na sua afirmação, bastante congruente às sugestões de Celso Furtado, de que, dadas as escolhas políticas feitas, “a ciência e a cultura transformam-se em produtos de luxo importados - por vezes produzidos internamente, mas apenas para uns poucos”.⁸

Assim, vale enfatizar, se o diagnóstico de que a desarticulação entre o processo de institucionalização da ciência implementado e a expansão do capitalismo industrial no Brasil define, em grande medida, para Leite Lopes, os impasses vigentes na atividade científica, o físico mostrou-se particularmente atento para o *sentido* político desse processo. Dimensão, aliás, em geral negligenciada no próprio debate contemporâneo sobre o desenvolvimentismo como parte do processo de modernização da sociedade brasileira.⁹

Nesse sentido, é possível considerar que a ciência como força social de modernização e/ou desenvolvimento da sociedade, e o compromisso ideológico que acompanha este processo - do qual os textos de Leite Lopes são peças decisivas -, não declinaram simplesmente porque os tempos mudaram, e sim porque elas parecem ter cumprido, em parte, o seu ciclo. Mas, se houve mesmo esse processo formativo, é preciso reconhecer, que, nem por isso, o conjunto da atividade científica tenha se integrado; e que, mais importante ainda, como se esperava - retórica ou sinceramente - nos tempos heroicos da formação do compromisso ideológico com a ciência nos países periféricos, a sociedade fosse transformada e suas desigualdades sociais herdadas da formação histórica, superadas.

Mais um capítulo brasileiro do processo de modernização sem integração social, provavelmente. O ponto, porém, que quero destacar para discutir a partir também do pensamento social de Leite Lopes é a dissociação operada pela ditadura civil-militar entre desenvolvimento e democracia. Deixe-

⁴ Entrevista de Leite Lopes ao autor e a José Abdalla Helayël-Neto (2003).

⁵ Ana Maria Fernandes. A construção da ciência no Brasil e a SBPC. Brasília: Ed. UNB, 1990.

⁶ Francisco de Oliveira. “O ornitorrinco”. In: Crítica à razão dualista: o ornitorrinco. São Paulo: Boitempo, 2003. p.121-150.

⁷ José Leite Lopes. Ciência e liberdade: escritos sobre ciência e educação no Brasil. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1998, p. 159.

⁸ Ibidem.

⁹ Gildo Marçal Brandão. “Desenvolvimentismo e questão democrática”. 1999. Disponível em <http://www.artnet.com.br/gramsci/arquiv98.htm>.

me explicar: não que a ditadura de 1964 não tenha sido, em parte, desenvolvimentista, mas o que interessa é justamente a constatação de que dissociado da democracia, o desenvolvimento se perverte virando, no máximo, instrumento de racionalização do conflito social, sem condições sociais de converter modernização em modernidade – entendida esta como uma força civilizatória emancipatória. É esta percepção aguda que está na base na constatação amarga tanto do físico teórico José Leite Lopes, quanto do sociólogo seu contemporâneo Florestan Fernandes.

Então, pode parecer estranho a muitos de nós, centrados e até mesmo confiantes que estávamos no processo de institucionalização tanto da ciência quanto da democracia, que o mais relevante ao se voltar ao físico teórico José Leite Lopes, hoje, talvez seja discutir a democracia substantiva – já que face à constatação de que o consenso democrático que parecia sustentar, ao menos na esfera pública, também a ciência e a universidade brasileiras se quebrou, mais uma vez, e, talvez, não por acaso, quando, com incrementos inovadores, tratou-se justamente de dinamizar o desenvolvimento pela associação à democratização das oportunidades e combate às desigualdades sociais.

Repensar Leite Lopes no contexto dos acontecimentos políticos em curso desde o golpe parlamentar de 2016, da crise da democracia e das políticas regressivas que vem sendo implementadas faz com que nos surpreendamos como parte de um processo mais amplo que, além de separar, também aproxima presente e passado. São sem dúvida momentos muitos diversos, a começar talvez pelo que se refere às próprias concepções de democracia envolvidas, mas compartilham um princípio autoritário de controle da mudança política, social e cultural sobre o qual é preciso refletir com coragem.

Não se trata de negar, por óbvio, que houve mudanças sociais e uma ampliação inaudita das formas de participação nas últimas décadas. Mas a percepção e a qualificação sociológica desses fenômenos não se deveriam dar dissociadas do processo histórico e suas consequências de média e longa durações na sociedade brasileira. Essa advertência é particularmente urgente quando percebemos que o engajamento da “sociedade civil” e de suas formas de participação nos processos políticos está longe de ser unicamente democratizante, como os últimos acontecimentos do País têm mostrado quase à exaustão. A análise das formas de participação social não pode limitar-se, pois, a correlacionar variáveis estruturais e mudanças institucionais, como se a democratização político-institucional levasse necessariamente a um círculo virtuoso de incremento associativo e maior controle democrático. Antes, na medida em que as próprias instituições políticas interagem – de maneira tensa ou acomodatória, a depender das forças sociais em disputa – com o legado de uma sociedade fragmentada, excludente e autocrática, uma perspectiva histórica é fundamental para se entenderem as reviravoltas na espiral de democratização do Brasil contemporâneo.

E, então, pode ser que voltar às interpretações do Brasil como a realizada pelo físico teórico José Leite Lopes nos ajude a ter uma visão mais integrada e consistente do processo social que o nosso presente ainda oculta, dando uma dimensão mais matizada das continuidades e mudanças em

curso. E porque a vida social é reflexiva, a escrita pública de Leite Lopes não é mera testemunha, mas, ao seu modo, também protagonista de um processo de mudanças e continuidades – que nunca são exatamente lineares – e que, perdoem-me, constituem uma espécie de obsessão entre sociólogos. Não raro somos vistos, por isso, como epistemologicamente conservadores, mesmo que eventualmente politicamente progressistas. Não temos certeza se as coisas são mesmo assim. Mas nada nos parece mesmo mais apropriado para calibrar as éticas das convicções e das responsabilidades do que relembra um princípio sociológico fundamental, segundo o qual nenhuma inovação se realiza num vazio de relações sociais. Muito obrigado!¹⁰

¹⁰ Agradeço a Sebastião Alves Dias e a José Helayel Neto o convite para participar desta homenagem a José Leite Lopes.